## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## **REQUERIMENTO Nº , DE 2023**

(Do Sr. Covatti Filho)

Requer a revisão do despacho de distribuição no Projeto de Lei nº 7.719 de 2014.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento do art. 139, II, alínea 'a' c/c o art. 32, IV, alínea "e" do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a inclusão da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) como instância de análise de mérito do Projeto de Lei nº 7.719 de 2014.

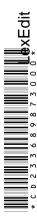
## **JUSTIFICAÇÃO**

O presente requerimento visa propor a revisão do despacho de distribuição para que a **Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania** (CCJC) também possa analisar o mérito do Projeto de Lei nº 7.719, de 2014, de autoria do ex-deputado Rubens Bueno, que "[a]Itera a legislação tributária facultando que as mercadorias vendidas com fim específico de exportação sejam enviadas às empresas exportadoras ou às zonas alfandegárias".

No despacho inicial, foi estipulado que apenas as Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e de Finanças e Tributação analisariam o mérito da proposta. No entanto, entendemos que, devido à importância e profundidade técnica do tema, a proposição também deveria ter seu mérito analisado na CCJC.

Isto porque, de acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, Art. 32, IV, alínea "e", compete à CCJC discutir matérias relativas ao direito constitucional e, neste caso, a proposição altera a legislação tributária facultando que as mercadorias vendidas com fim específico de





Ademais, é urgente a apreciação de mérito por parte da CCJC como forma de se ampliar o debate acerca do tema.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 2023.

Deputado COVATTI FILHO PP/RS



